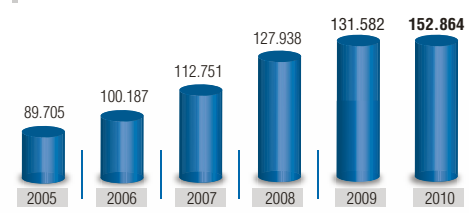
SOBRAL INVICTA S.A.

C.N.P.J./M.F. 60.594.538/0001-01

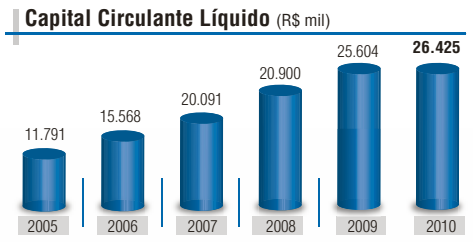
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

Srs. Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Senhorias, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 2010, juntamente com o parecer dos auditores independentes. Avanços consistentes marcaram o desempenho da Sobral Invicta em 2010 com crescimento nas vendas e lucratividade. Essa posição demonstra que estamos concretizando os compromissos assumidos com os nossos acionistas, mantendo desta forma, uma empresa competitiva e reconhecida pelo valor de sua marca e canal de distribuição. Destacamos algumas variações positivas em relação ao ano anterior: Aumento de 16% da Receita bruta de vendas, redução do CPV em 4% e crescimento do Lucro líquido em 16%. Agradecemos aos nossos clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores, onde os esforços estão focados na consolidação de uma empresa com vocação e cultura de desempenhar seu papel de líder no setor em que atua.

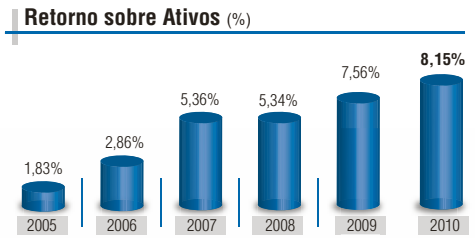
Evolução da Receita Bruta (R$ mil)



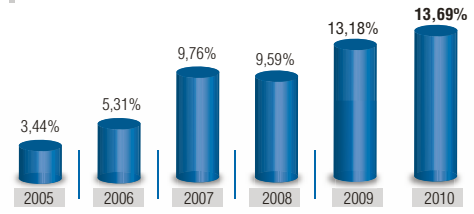
Capital Circulante Líquido (R$ mil)



Retorno sobre Ativos (%)



Lucro Líquido s/Patrimônio Líquido (%)



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	2010	2009
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.526	7.910
Contas a receber de clientes (Nota 7)	28.230	23.290
Estoques (Nota 8)	12.176	8.520
Impostos a recuperar	31	1.453
Outros valores a receber	956	869
	43.919	**42.042**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 13)	849	665
Créditos tributários diferidos (Nota 14 (a))	1.508	1.093
Outros valores	427	
	2.784	**1.758**
Investimentos	13	13
Imobilizado (Nota 9)	23.852	21.556
Intangível	23	36
Diferido	250	293
	26.922	**23.656**
Total do ativo	**70.841**	**65.698**

Passivo e patrimônio líquido	2010	2009
Circulante		
Fornecedores	5.706	4.041
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	976	3.025
Salários e encargos a pagar (Nota 11)	4.092	3.067
Obrigações tributárias (Nota 12)	4.374	4.258
Dividendos a pagar	1.376	1.184
Outras contas a pagar	970	863
	17.494	**16.438**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	5.743	6.226
Provisão para contingências (Nota 13)	2.903	2.402
Obrigações tributárias (Nota 12)	2.524	2.926
	11.170	**11.554**
Patrimônio líquido (Nota 15)		
Capital social	24.799	24.799
Reserva de capital	86	86
Reservas de lucros	17.292	12.821
	42.177	**37.706**
Total do passivo e patrimônio líquido	**70.841**	**65.698**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação

	2010	2009
Receita operacional bruta	**152.864**	**131.582**
Vendas canceladas	(3.270)	(2.931)
Deduções de vendas	(43.435)	(36.804)
Receita operacional líquida	**106.159**	**91.847**
Custos das vendas	(61.622)	(55.452)
Lucro bruto	**44.537**	**36.395**
Despesas com vendas	(26.226)	(23.693)
Despesas gerais e administrativas	(6.801)	(6.040)
Participação dos empregados nos lucros	(1.042)	(1.000)
Outras despesas, líquidas (Nota 17)	(886)	(373)
Lucro operacional	**9.582**	**5.289**
Receitas financeiras (Nota 16)	1.262	6.790
Despesas financeiras (Nota 16)	(1.777)	(4.712)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**9.067**	**7.367**
IRPJ e CSLL (Nota 14(b))	(3.292)	(2.398)
Lucro líquido do exercício	**5.775**	**4.969**
Ações em circulação (em milhares)	5.640.570	5.640.570
Lucro líquido por lote de mil ações	1,02	0,88

A Companhia não efetuou transações que impactassem o resultado abrangente em 2010 e em 2009 e, portanto, não apresentou o mesmo.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

Descrição	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	**24.799**	**86**	**1.048**	**8.252**		**34.185**
Lucro líquido do exercício					4.969	4.969
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal			248		(248)	
Reserva de lucros				3.273	(3.541)	(268)
Dividendos propostos					(1.180)	(1.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**24.799**	**86**	**1.296**	**11.525**		**37.706**
Dividendos não distribuídos 2009				67		67
Lucro líquido do exercício					5.775	5.775
Destinação do lucro líquido						
Reserva legal			289		(289)	
Reserva de lucros				4.115	(4.115)	
Dividendos propostos					(1.371)	(1.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**24.799**	**86**	**1.585**	**15.707**		**42.177**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxo das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL do exercício	**9.067**	**7.367**
Ajustes		
Provisão (reversão) de contingência	501	684
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	1.435	1.347
Depreciações e amortizações	4.218	3.361
	15.221	**12.759**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.940)	(168)
Estoques	(3.656)	2.828
Impostos a recuperar	454	(1.398)
Depósitos judiciais	(184)	(388)
Outros valores a receber	(514)	417
Fornecedores	1.665	(1.729)
Salários e encargos	1.025	(161)
Outras contas a pagar	107	(1.303)
Caixa gerado pelas operações	**9.178**	**10.857**
Juros pagos	(477)	(2.559)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.382)	(432)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**5.319**	**7.866**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(6.459)	(5.032)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(6.459)**	**(5.032)**
Fluxos de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	766	6.734
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.830)	(4.178)
Dividendos pagos	(1.180)	(778)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(4.244)**	**1.778**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(5.384)**	**4.612**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**7.910**	**3.298**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.526**	**7.910**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

A Sobral Invicta S.A. ("Companhia") é uma empresa industrial e comercial de capital fechado, sua sede está localizada na capital do Estado de São Paulo, com unidade industrial e centro de distribuição na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. A Companhia tem por objeto social e atividade preponderante, a indústria e o comércio, interno e internacional, de garrafas e recipientes térmicos em geral, suas partes e componentes, utensílios de metal, plástico e vidro.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras preparado pela Companhia de acordo com o CPC PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 - Base de Preparação e Apresentação: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2011. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses.

2.4 - Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.5 - Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de embalagem, matéria prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos: O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferido é calculado com base nas diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

2.7 - Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada pelo método linear e está de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, conforme mencionado na Nota 9. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 - Provisões para Perdas por *Impairment* em Ativos não Financeiros, exceto Estoques: Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.9 - Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.10 - Empréstimos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar ao banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 - Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.12 - Reconhecimento da Receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

2.13 - Distribuição de Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

3. TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA PMEs:

3.1 - Base de transição para o CPC para PMEs: 3.1.1 - Aplicação do CPC para PMEs: As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs. A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações financeiras de acordo com o CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e as isenções opcionais permitidas na aplicação retrospectiva completa do CPC para PMEs. Não foram identificadas diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente pela Companhia e os novos CPCs emitidos para PMEs.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS:

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As principais estimativas que apresentam riscos significativos de causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão relacionadas com a vida útil do imobilizado e com as provisões para contingências.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2010	2009
Caixa e bancos	1.628	1.419
Aplicações financeiras (i)	898	6.491
	2.526	**7.910**

(i) As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração a taxas que variam de 98% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos para resgate são imediatos, sem ônus para a Companhia.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

	2010	2009
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado menos provisão para perdas	29.128	29.781
	29.128	**29.781**
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	12.425	13.292
	12.425	**13.292**

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	2010	2009
Clientes nacionais	27.023	22.570
Clientes do exterior	1.207	780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(60)
	28.230	**23.290**

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

8. ESTOQUES:

	2010	2009
Produtos acabados	3.715	1.425
Produtos em elaboração	2.734	2.886
Matérias primas e materiais auxiliares	3.954	3.008
Importações em andamento	1.059	383
Beneficiamento por terceiros	714	818
	12.176	**8.520**

9. IMOBILIZADO:

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Imobilizado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009							
Custo total	653	9.045	49.499	1.608	2.364	3.736	66.905
Depreciação acumulada		(7.366)	(34.345)	(1.252)	(2.386)		(45.349)
Valor residual	**653**	**1.679**	**15.154**	**356**	**(22)**	**3.736**	**21.556**
Aquisição		7	5.048	570	426	807	6.858
Baixa			(348)	(1)	(1)	(49)	(399)
Transferência		6	3.172	531	(1)	(3.708)	
Depreciação		(341)	(3.225)	(397)	(199)		(4.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**653**	**1.351**	**19.801**	**1.059**	**202**	**786**	**23.852**
Custo total	653	9.058	55.494	2.695	2.747	786	71.433
Depreciação acumulada		(7.707)	(35.693)	(1.636)	(2.545)		(47.581)
Valor residual	**653**	**1.351**	**19.801**	**1.059**	**202**	**786**	**23.852**
Taxas anuais de depreciação - %		2,3%	4,0% - 10%	10%	12,5% - 20%		

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção totaliza R$ 4.045 (2009 - R$ 3.252) e às despesas R$ 117 (2009 - R$ 109).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

Modalidade	Encargos	Garantias	2010	2009
Finame	TJLP + 2,47% ao ano	Alienação e Aval	727	1.530
FINDES/PRO-INVEST	IPCA + 4,5% a.a	Aval + Fiança	4.188	4.000
Pré-Pagto/Exportação	LIBOR + 6,28% a.a	Aval + Caução	1.306	1.811
ACC	2,00% a.a	Caução		871
Procomp	TJLP + 5,7% a.a	Caução		1.039
Finimp	LIBOR + 4,21% a.a.	Nota Promissória	498	
			6.719	**9.251**
Passivo circulante			(976)	(3.025)
Não circulante			**5.743**	**6.226**

11. SALÁRIOS E ENCARGOS:

	2010	2009
Salários e ordenados	454	375
Encargos sociais	624	570
Provisão férias	1.800	1.589
Provisão participação dos empregados nos lucros	1.056	529
Outros	158	4
	4.092	**3.067**

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

Referem-se, substancialmente, ao programa instituído pela Lei nº 11.941/09, o qual a Companhia aderiu em setembro de 2009. O parcelamento foi deferido e encontra-se em fase de consolidação dos débitos.

13. CONTINGÊNCIAS:

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais 2010	Depósitos judiciais 2009	Provisões para contingências 2010	Provisões para contingências 2009
Contingências tributárias			2.239	1.415
Contingências trabalhistas e previdenciárias	(169)	(186)	388	591
Reclamações cíveis	(680)	(479)	276	396
	(849)	**(665)**	**2.903**	**2.402**

As provisões para contingências estão substancialmente relacionadas com processos tributários, trabalhistas e cíveis que, no julgamento da administração e de seus consultores jurídicos, foram constituídas em montante suficiente para cobrir processos nos quais perdas são consideradas prováveis.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos: Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias substancialmente relacionadas a provisões. O prazo estimado de realização do ativo está relacionado ao pagamento dessas provisões. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.067	7.367
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.082)	(2.505)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Adições (exclusões) permanentes	(210)	107
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(3.292)**	**(2.398)**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

(a) Capital social: O capital social é composto por ações sem valor nominal como segue:

	2010	2009
Ações ordinárias	5.040.541.000	5.040.541.000
Ações preferenciais	600.028.879	600.028.879
	5.640.569.879	**5.640.569.879**

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos, que não podem ser inferiores aos das ações ordinárias. De acordo com o estatuto social, o dividendo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituição da reserva prevista em lei.

(b) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Após a constituição da reserva legal e da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo terá o destino que a Assembléia Ordinária determinar, tendo em vista a proposta da diretoria e a manifestação do Conselho de Administração.

16. RESULTADO FINANCEIRO:

	2010	2009
Receitas financeiras		
Juros	416	291
Atualização monetária fiscal		5.432
Descontos obtidos	351	384
Variação cambial	495	639
Outros		44
	1.262	**6.790**
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos	(1.009)	(1.347)
Atualização monetária fiscal		(2.559)
Despesas bancárias	(159)	(203)
Variação monetária	(309)	(18)
Variação cambial	(283)	(558)
Outros	(17)	(27)
	(1.777)	**(4.712)**

continua

INVICTA

SOBRAL INVICTA S.A.

C.N.P.J./M.F. 60.594.538/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS:

	2010	2009
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	131	487
Outras despesas operacionais		
Custo com ociosidade	(675)	(345)
Perdas no recebimento de crédito	(296)	(478)
Outras despesas operacionais	(46)	(37)
Total das outras despesas operacionais	(1.017)	(860)
Total líquido	(886)	(373)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

19. SEGUROS:

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram determinadas por orientação de especialistas, que levam em consideração a natureza e o grau desses riscos. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta da seguinte forma:

Descrição	2010	2009
Seguro Empresarial	50.000	40.000
RC Estabelecimento Comercial e Industrial	2.500	1.000
RC Empregador	1.000	1.000
RC Produtos - TN	2.500	1.000
Danos Morais	500	200
	56.500	43.200

Conselho de Administração
João Fernando Sobral - Presidente
Emmanuel Nóbrega Sobral - Vice-Presidente
João Fernando Sobral Filho - Conselheiro
Christiane Nóbrega Sobral - Conselheira
Sérgio Soares Sobral Filho - Conselheiro

Diretoria
João Fernando Sobral Filho - Diretor Presidente
Miguel Angelo da Silva - Diretor Administrativo e Financeiro
Paulo Roberto Borges Miranda - Diretor Comercial
Jorge Armiliato Ruiz - Diretor de Operações

Contador
Tadeu Brígido de Melo
CRC: MG-100543/O-9 "S" SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Sobral Invicta S.A.**
Examinamos as demonstrações financeiras da **Sobral Invicta S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sobral Invicta S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

Belo Horizonte, 24 de março de 2011

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2